## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 031/2023 PROCESSO LICITATÓRIO 059/2023

#### **OBJETO**

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA, EPIS e EPCs					
INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA/DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	FIM DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA/DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO				
Dia 12/06/2023 às 17:00	Dia 27/06/2023 às 09:30				
INÍCIO DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS	FIM DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS				
Dia 27/06/2023 às 09:30	Dia 27/06/2023 às 10:00				
INÍCIO DA DISPUTA	MODO DE DISPUTA				
Dia 27/06/2023 às 10:01	Aberto e fechado				
ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES				
Até três dias úteis antes da data de abertura, devendo ser enviados por e-mail: licitar@capelanova.mg.gv.br	R\$ 0,01 (um centavo)				

#### DELIBERAÇÃO E INSTRUÇÕES PARA CADASTRO NO SISTEMA PREGAO NET

- 1. Para iniciar o cadastro no sistema eletrônico de pregão, será necessário o registro do fornecedor (EMPRESA) e seus respectivos representantes, conforme segue:
- a) Acessar o painel pregão eletrônico em <a href="http://capelanova.pregaonet.com.br/">http://capelanova.pregaonet.com.br/</a>
- b) Selecionar a opção (ENTRAR), caso não possua acesso, escolher a opção (ainda não tenho cadastro, assim, será direcionado para a página http NovoUsuario). Feito isto, preencher os dados necessários e incluir os documentos solicitados pelo sistema.

OBS: Lembrando que nesse primeiro momento o cadastro será referente à empresa (FORNECEDOR).

- c) Após a finalização do cadastro principal (FORNECEDOR), fazer o login para acessar o sistema;
- d) Em seguida preencher o nome e e-mail do representante (USUÁRIO) que irá dar andamento no sistema; automaticamente um CONVITE será enviado para o e-mail informado, para que o representante (USUÁRIO) faça a inclusão das informações necessárias e inicie a operacionalização do sistema.

OBS: Sempre que a empresa quiser cadastrar um novo usuário (Representante para Sessão), será necessário fazer o login: com a opção FORNECEDOR, CNPJ e SENHA.

### ATENÇÃO:

Para CADASTRAR A PROPOSTA e enviar a documentação o representante da empresa deverá logar com a opção Usuário/Representante, utilizando o CPF e Senha, pois, é com este perfil que será anexada a documentação, PREENCHIDA A PROPOSTA e enviados os lances eletrônicos da empresa que o credenciou.

1.1- O MUNICÍPIO DE CAPELA NOVA torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade pregão, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por item, no dia 27/06/2023 às 10:01h, nos ditames da Lei federal 14.133/2021, Decreto Municipal 03/2023 de 17 de janeiro de 2023, Lei Complementar 147/2014 e alterações posteriores, bem como as cláusulas previstas neste Edital e anexos.

1.2- RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 17:00 horas do dia 12/06/2023 ás 09:30 horas do dia 27/06/2023.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09:31 horas do dia 27/06/2023 às 10:00 horas do dia 27/06/2023.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:01 horas do dia 27/06/2023.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: <a href="http://capelanova.pregaonet.com.br/">http://capelanova.pregaonet.com.br/</a>

- **1.3-** As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no site: http://capelanova.pregaonet.com.br/
- **1.4-** A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico: <a href="http://capelanova.pregaonet.com.br/">http://capelanova.pregaonet.com.br/</a> no dia e horário mencionados no preâmbulo deste Edital e serão conduzidos pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, designados por Portaria do Executivo Municipal, juntada aos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

#### 2 DO OBJETO

**2.1-** O objeto do presente certame licitatório é selecionar a propostas mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA, EPIs e EPCs, sob o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade com as descrições, especificações e quantitativos previstos no Anexo I deste Edital, denominado TERMO DE REFERÊNCIA/DESCRIÇÃO DO OBJETO.

#### 3- DO PROCESSAMENTO

- **3.1-** O processamento deste Pregão Eletrônico será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo.
- **4- DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA "ABERTO E FECHADO"** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado
- **4.1.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances,

após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

- **4.1.2** Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- **4.2-** As propostas deverão obedecer às especificações deste Edital e seus anexos que dele fazem parte indissociável.

#### 5- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

## PROCESSO EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE EM CONFORMIDADE COM O ART. 48, I, LEI COMPLEMENTAR 147/2014

- **5.1-** Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, desde que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste instrumento.
- 5.2.- São consideradas Empresas de Pequeno Porte EPP e Microempresas ME, as pessoas jurídicas que se adequem às disposições previstas no artigo 3º da Lei Complementar 123 de 2006 e Microempreendedor Individual MEI, aquelas que preencham os requisitos do artigo 18-E da mesma Lei Complementar e suas posteriores alterações.
- **5.2.1-** Para participar do certame com os benefícios da Lei 123/2006 e alterações da Lei Complementar 147/2014, acima expostas, as empresas interessadas deverão declarar a condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), no momento da efetuação do CADASTRO DO FORNECEDOR, na plataforma do pregão eletrônico disponível em: <a href="http://capelanova.pregaonet.com.br//novoUsuario">http://capelanova.pregaonet.com.br//novoUsuario</a>, informando o "Porte da Empresa (ME ou EPP ou MEI)" para alcance dos benéficos da Licitação com reserva de cota.
- **5.2.2-** A Microempresa Empresa de Pequeno Porte (EPP) (ME) ou Microempreendedor Individual (MEI), além da inserção de seu porte (ME ou EPP ou MEI) disponível plataforma pregão eletrônico na do em: http://capelanova.pregaonet.com.br//novoUsuario, deverão informar também sua condição de ME ou EPP ou MEI, assinalando em declaração própria o seu enquadramento e/ou apresentando documento que comprove tal condição durante a fase de habilitação.

- **5.2.4-** Caso a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI) não proceda da forma estabelecida nos itens acima, interpretar-se-á como renúncia tácita aos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 de 14.12.2006 com as alterações dadas pela Lei Complementar 147/2014.
- **5.2.5-** A mera declaração como **ME** ou **EPP** ou **MEI** ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 e sua alteração dada pela Lei Complementar 147/2014, por licitante que não se enquadrar na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a empresa à aplicação de sanção administrativa prevista neste Edital, sem prejuízo da responsabilização e demais cominações legais e penais em outras esferas.
- **5.3-** Não poderá participar desta licitação empresa:
- **5.3.1-** Suspensa ou impedida de licitar ou contratar com o Município de Capela Nova/MG;
- **5.3.2-** Declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- **5.3.3-** Em consórcio;
- **5.3.4-** Que estiver sob processo de falência ou concordata ou recuperação judicial;
- **5.3.5-** Que explore ramo diverso do objeto licitado;
- **5.3.6-** Servidor público municipal ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, de acordo com o artigo 14, da Lei nº 14.133/2021;
- **5.3.7-** Empresas cujos sócios, administradores ou diretores pertençam, simultaneamente a mais de uma empresa licitante.
- **5.3.8-** A observância das vedações do subitem anterior é de responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.
- **5.4-** A participação da licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste Edital e nos seus anexos, bem como das normas legais que disciplinam a matéria.
- **5.5-** A participação das licitantes tem ciências que o processo licitatório é expressamente exclusivo às Empresas de Pequeno Porte EPP, as Microempresas -

ME e os Microempreendedores Individuais - MEI, com fundamento legal no inciso III, do art. 48, da Lei 147/2014.

#### 6- DA APRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- **6.1-** A licitante deverá realizar o credenciamento no endereço disponível em: <a href="http://capelanova.pregaonet.com.br/">http://capelanova.pregaonet.com.br/</a>, no sistema de pregão eletrônico do Município de Capela Nova/MG, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, sob pena de não credenciamento.
- **6.2-** A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- **6.3-** O credenciamento da licitante em <a href="http://capelanova.pregaonet.com.br/">http://capelanova.pregaonet.com.br/</a> implica a presunção de sua capacidade e seu Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico e a responsabilidade legal pelos atos praticados.

## 7- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **7.1-** As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço <a href="http://capelanova.pregaonet.com.br/">http://capelanova.pregaonet.com.br/</a> desde a divulgação da íntegra do edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do edital.
- **7.1.1-** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º, da LC nº 123 de 2006.
- **7.1.2-** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

- **7.1.3-** Até o horário previsto para o fim do recebimento das propostas/documentos de habilitação, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- **7.1.4-** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- **7.1.5-** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

#### 8.2 - DO PREENCHIMENTO ELETRÔNICO/ENVIO DA PROPOSTA

- **8.2.1-** A proposta deverá ser cadastrada/informada no sistema de pregão eletrônico do Município de Capela Nova/MG, por meio da plataforma <a href="http://capelanova.pregaonet.com.br/">http://capelanova.pregaonet.com.br/</a>, em campo próprio.
- **8.2.2-** A licitante, além do preenchimento eletrônico da proposta de preços, em formato digital na plataforma <a href="http://capelanova.pregaonet.com.br/">http://capelanova.pregaonet.com.br/</a>, informando o "valor unitário do item" e a "marca", se for o caso, deverá anexar também, exclusivamente por meio do sistema da plataforma eletrônica, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, sua proposta formal em modelo padrão de acordo com o <a href="Anexo II">Anexo II</a> deste Edital, com a descrição do objeto ofertado, devidamente preenchida, sob pena de inabilitação, a qual deverá conter os seguintes elementos:
- **8.2.2.1-** Razão social, endereço e CNPJ da licitante;
- **8.2.2.2-** Número do Processo Licitatório e deste Pregão Eletrônico;
- **8.2.2.3- PREÇO UNITÁRIO** e **PREÇO TOTAL**, de cada item e Lote, em moeda corrente nacional, em conformidade com o Anexo II deste Edital, sem inclusão de encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- **8.2.2.4- "MARCA"** dos produtos;
- **8.2.2.5-** Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a **60 (sessenta)** dias, sendo considerado este o prazo, nos casos em que inexistir a menção na proposta da licitante.
- **8.2.3-** A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, digitada ou datilografada ou manuscrita legível,

sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e deverá ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou por procurador, devidamente representado, devendo ser apresentada em uma única via.

- **8.2.4-** Nos preços propostos deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, inclusive embalagem, frete, carregamento e descarregamento, tributos e encargos sociais, ônus previdenciários e trabalhistas, seguro, demais encargos e acessórios incidentes sob o fornecimento do objeto.
- **8.2.5-** A licitante que deixar de anexar o arquivo da proposta na plataforma <a href="http://capelanova.pregaonet.com.br/">http://capelanova.pregaonet.com.br/</a>, será declarada **DESCLASSIFICADA** pelo Pregoeiro.
- **8.2.6-** Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- **8.2.7-** Não será admitida proposta que não atenda aos quesitos do(s) item(ns) constante(s) no Anexo I deste Edital.
- **8.2.8-** Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos, contendo 02 (duas) casas decimais, relativas à parte dos centavos.
- **8.2.9-** Todas as especificações estabelecidas para o objeto será tacitamente aceita pela licitante, no ato da entrega de sua Proposta Comercial.
- **8.2.10-** O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.
- **8.2.11-** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste edital, ocorrerá por meio de chave de acesso (login) e senha.
- **8.2.12-** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.
- **8.2.13-** Apresentada a proposta de preços pela licitante, após abertura da sessão pública, não poderá haver desistência da mesma, integralmente ou parcialmente, salvo por motivo superveniente e de alta relevância, o que será decidido motivadamente pelo Pregoeiro.
- **8.2.14-** A proposta e os lances deverão referir-se ao **PREÇO TOTAL DO ITEM.**

- **8.2.15-** Será considerada vencedora a licitante que apresentar o **MENOR PREÇO DO ITEM.**
- **8.2.16-** Os itens foram distribuídos conforme artigo 48 da Lei Complementar n.º 147/2014:

#### 9- DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

- **9.1-** A licitante deverá anexar os documentos para habilitação em <a href="http://capelanova.pregaonet.com.br/">http://capelanova.pregaonet.com.br/</a>, em campo próprio, sob pena de inabilitação do certame público.
- **9.2-** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- **9.3-** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

## 9- DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

**9.1-** As licitantes deverão anexar em formato digital no sistema de pregão eletrônico, em tempo hábil, previamente à abertura da sessão do pregão, a documentação relacionada para "Habilitação", **COMO CONDIÇÃO PARA SUA HABILITAÇÃO**, os quais dizem respeito a:

## I - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial ou requerimento de empresário, no caso de empresa individual;
- **b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social com a última alteração ou alteração contratual consolidada, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;

- **d)** Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- **e)** Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

#### II - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ, com situação ativa;
- **b)** Certidão de Regularidade de situação com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei, em validade;
- *c)* Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Fazenda Nacional junto a Fazenda Federal e Procuradoria da União, que abrange inclusive a regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), ou positiva com efeitos de Negativa, em validade;
- *d)* Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, referente ao FGTS, em validade;
- e) Certidão Negativa de Débitos, ou positiva com efeitos de negativa, junto à Fazenda Pública do Município onde estiver instalada a sede ou filial da licitante que fornecerá os produtos à Prefeitura Municipal ou outra prova equivalente na forma da lei, em validade;
- *f)* Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, ou positiva com efeitos de negativa, em validade.

## III - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual da sede da licitante, em plena validade, emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data de apresentação, ou ainda Certidão Judicial Cível Negativa expedida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais por meio do Sítio Eletrônico do TJMG, pertinente à Comarca onde estiver instalada a matriz da licitante;

**b)** As empresas que se encontrem em situação de recuperação judicial deverão apresentar o Plano de Recuperação, homologado pelo juízo competente e em pleno vigor. Ademais, em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

### IV - QUALIFICAÇÃO TÉCNICAS E OUTRAS:

- a) DECLARAÇÃO UNIFICADA subscrita pelo representante legal da licitante, conforme Anexo III deste Edital;
- **b)** Para a licitante enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá apresentar a Certidão Simplificada, emitida com a antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data da abertura da licitação, pela Junta Comercial do domicilio da proponente ou equivalente, onde conste o seu enquadramento (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), para fins das prerrogativas da Lei Complementar n.º 123/2006 e n.º 147/2014.

## 10- DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- 10.1- Os documentos de habilitação relacionados no item 12.1, incisos I, II e III, poderão ser substituídos por qualquer Certificado de Registro Cadastral de ente público "C.R.C., SICAF", desde que o cadastro esteja vigente e conste a documentação solicitada neste Edital e suas respectivas validades (quando se tratar de documento vencível) e este certificado deverá ser anexado na plataforma eletrônica disponível em: <a href="http://capelanova.pregaonet.com.br/">http://capelanova.pregaonet.com.br/</a>, em formato digital, em campo próprio "Documentos de Habilitação", sob pena de inabilitação.
- 10.1.1- Caso alguma certidão negativa constante no Certificado de Registro Cadastral de ente público, ou no "C.R.C./SICAF" estiver com o prazo de validade expirada; ou caso o Certificado de Registro Cadastral de ente público, ou "C.R.C./SICAF" não contemple toda a documentação de habilitação exigida neste Edital, a licitante deverá anexar a certidão/documentação atualizada como complemento ao Certificado apresentado, sob pena de inabilitação.
- **10.2-** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de

sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- *a)* Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual/MG, disponível em <a href="https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul">https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul</a>
- **b)** "Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica" disponibilizada pelo TCU abrangendo "Certidão de Inidôneos Licitantes Inidôneos; Certidão de CNIA Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; Certidão de CEIS Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Certidão de CNEP Cadastro Nacional de Empresas Punidas", disponível em <a href="https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br">https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br</a>
- c) Lista de empresas impedidas ou suspensas de participar de licitações com a administração pública do Município de Capela Nova/MG.
- **10.2.1-** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante por força do artigo 12, da Lei n.º 8.429, de 1992, em cumprimento ao dispositivo legal.
- **10.2.2-** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- **10.2.3-** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- **10.2.4-** A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.
- **10.2.5-** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada do presente certame, por falta de condição de participação.
- **10.2.6-** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- **10.2.7-** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das licitantes (enviada/anexada em formato digital na plataforma <a href="http://capelanova.pregaonet.com.br/">http://capelanova.pregaonet.com.br/</a>) será verificada para análise de pleno cumprimento das exigências editalícias.

- **10.3-** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas para fins de habilitação, serão aceitas como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- **10.4-** Sob pena de **inabilitação**, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:
- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- **b)** se a licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**:
- c) se a licitante for matriz, e o executor do contrato for a filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- **d)** serão dispensados da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da **matriz**.
- **e)** A Certidão Negativa de Falência ou Concordata deverá se referir à matriz da licitante.
- **10.5-** Os documentos exigidos neste edital deverão ser inseridos/anexados no endereço eletrônico <a href="http://capelanova.pregaonet.com.br/">http://capelanova.pregaonet.com.br/</a>
- **10.6-** Havendo dúvidas quanto à autenticidade dos documentos, a Comissão promoverá diligências necessárias, e a licitante será intimada para promover e prestar às informações necessárias, sob pena de desclassificação.
- **10.7-** A licitante é responsável pelas informações prestadas, sendo motivo de inabilitação a prestação de informações falsas ou que não reflitam a realidade dos fatos. A inabilitação ou desclassificação poderá ocorrer no caso de o Pregoeiro vir tomar conhecimento de fato que desabone a idoneidade da licitante que comprove a falsidade das informações prestadas ou qualquer outro que contrarie as disposições contidas neste Edital.
- **10.8-** Os documentos não apresentados na plataforma do pregão eletrônico do Município de Capela Nova/MG, não serão considerados pelo Pregoeiro.

- **10.9-** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para o continuidade da mesma.
- **10.10-**Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos.

#### 11- DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- **11.1-** No dia, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, será aberta a sessão de processamento deste Pregão Eletrônico.
- **11.2-** Será utilizado o modo de disputa "ABERTO E FECHADO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- **11.3-** A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, sendo desclassificados os itens das propostas que:
- **11.3.1-** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições estabelecidos neste Edital;
- 11.3.2- que não contiverem o preço unitário do item;
- **11.3.3-** que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, ou superestimados ou manifestamente inexequíveis;
- **11.3.5-** que apresentarem preços baseados exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- **11.3.6-** que de alguma forma identifique a licitante;
- 11.3.7- que deixar de apresentar a proposta escrita/formal no portal <a href="http://capelanova.pregaonet.com.br/">http://capelanova.pregaonet.com.br/</a> anexada exclusivamente por meio do sistema da plataforma eletrônica, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, em modelo padrão de acordo com o Anexo II deste Edital, com a descrição do objeto ofertado, devidamente preenchida, sob pena de inabilitação.
- **11.4-** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

- **11.5-** Para fins de julgamento serão desprezadas as casas decimais que excedam a 02 (duas) no preço unitário do item.
- **11.6-** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- **11.7-** As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- 11.7.1- Para efeito de seleção será considerado o PREÇO UNITÁRIO DO ITEM.
- **11.8-** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM, com o máximo de <u>duas casas decimais</u>, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras de aceitação dos mesmos estabelecidas neste Edital.
- **11.9-** A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.
- **11.10-** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo).**
- **11.11-** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- **11.12-** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO E FECHADO**", em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 11.13- A aplicação do valor do lance incidirá sobre o VALOR UNITÁRIO DO ITEM.
- **11.14** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- **11.15-** Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela, nó máximo de 3 (três), possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- **11.16-** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 11.17- Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- **11.18-** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- **11.19-** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas **24 (vinte e quatro horas)** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- **11.20-** Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
- **11.21-** Depois de encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- **11.22-** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes. Após a negociação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- **11.23-** A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante.
- 11.24- Considerada aceitável a oferta de menor preço, será concedido o prazo de até DUAS HORAS, contadas da solicitação pelo Pregoeiro no sistema, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação e, se necessário, dos documentos complementares para confirmação daqueles exigidos neste Edital.
- **11.25-** Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
  - 11.25.1- substituição e apresentação de documentos;

- **11.25.2-** verificação de informações por meio eletrônico.
- 11.26- A validade dos documentos a que se referem às alíneas "c", "d" e "f" do inciso II, do item 12.1 deste Edital será certificada na Internet pelo Pregoeiro, devendo ser comprovadas as autenticidades e veracidade dos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- **11.27-** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação.
- **11.28-** Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- 11.29- Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o representante da sua autora, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.
- **11.30-** Enquanto estiver ausente o representante da licitante da sessão pública, serão excluídos da disputa os itens da sua proposta.
- **11.31-** Na análise das propostas não será considerada qualquer oferta de vantagem.
- **11.32-** O Pregoeiro, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis que não afetem o seu conteúdo.
- 11.33- Caso seja necessário, o Pregoeiro poderá suspender a sessão do Pregão, a qualquer momento, para realização de diligências, designando nova data para sua continuidade, ficando intimados, no mesmo ato, os licitantes credenciados na plataforma do Pregão Eletrônico do Município.
- 11.34- Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- **11.35-** Não sendo apregoado o objeto da presente licitação no dia da sua abertura o Pregoeiro designará nova data para continuação dos trabalhos.

**11.36-** A Administração Pública poderá revogar total ou parcialmente a presente licitação, por interesse público ou anulá-la por ilegalidade, por meio de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do artigo 71, II e III, da Lei nº 14.133/2021, não gerando obrigação por parte da contratante em indenizar, ressalvando o disposto em lei.

#### 12- DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- **12.1-** Às microempresas e empresas de pequeno porte que participarem deste certame será dispensado tratamento diferenciado, na forma da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, a saber:
- **I -** Elas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- II Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;
- **III -** A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro;
- IV Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado até o último dia do prazo inicialmente concedido;
- **V** A não regularização da documentação no prazo previsto no inciso anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 90, §5º da Lei 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação;
- **VI -** É assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;
- **VII -** Entende-se por empate, para os efeitos do inciso anterior, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada:

- **VIII -** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os os critérios de desempate, conforme previsto no Art 60 da Lei 14.133/2021;
- IX No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no inciso VII, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- **X** Na hipótese da não contratação nos termos previstos neste item, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- **XI -** O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;
- **XII -** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

### 12- DO RECURSO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

- 12.1- No final da sessão o representante da licitante que desejar recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção de fazê-lo, no prazo de 20 (vinte) minutos, em campo próprio do sistema de Pregão Eletrônico do Município de Capela Nova (MG), indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos; Caso necessário, o pregoeiro poderá determinar outra data para iniciar o prazo de manifestações sobre a intenção de recorrer; após, abrir-se-á o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais das razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- **12.1.1-** As razões e contrarrazões do recurso deverão ser elaboradas por escrito e dirigidos ao Pregoeiro, exclusivamente por e-mail: (<u>licitar@capelanova.mg.gov.br</u>).
- **12.2-** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
  - **12.3-** A ausência de manifestação do representante da licitante importará:
  - **12.3.1-** a decadência do direito de recurso;

- **12.3.2-** a adjudicação do objeto do certame pela autoridade competente à licitante vencedora;
- **12.3.3-** o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- **12.4-** Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente, nos termos do art. 165 da Lei 14.133/2021
- **12.5-** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento.
- **12.6-** O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.7- A adjudicação será feita àquela licitante que apresentar o MENOR PREÇO DO VALOR UNITÁRIO DO ITEM.

#### 13- DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- **13.1** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 13.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
  O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- **13.3** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**13.4-** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no Art 137 e seguintes da Lei 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos na mesma Lei.

O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

- 13.6 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 13.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.
- **13.8-** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato caracterizará descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades legalmente previstas, sem prejuízo das demais sanções legais.
- **13.9-** Na ocorrência da hipótese prevista no subitem anterior, o fato em si constituirá inadimplência, podendo o objeto da licitação ser adjudicado à segunda colocada, a exclusivo critério da Administração.
- **14.8-** O contrato a ser celebrado reger-se-á pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### 15- DA VALIDADE DO CONTRATO

**15.1-** O Contrato decorrente deste certame terá validade de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado.

## 16- DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

- **16.1-** Os produtos objeto desta licitação deverão ser entregues de forma parcelada e na medida das necessidades da Administração Municipal, no prazo máximo de **07 (sete) dias**, contados do recebimento, pela licitante adjudicatária, da Ordem de fornecimento expedida pela Prefeitura Municipal de Capela Nova/MG.
- **16.2-** Os produtos deverão ser entregues, parceladamente, no Município de Capela Nova MG, de acordo com as necessidades, especificamente nos locais indicados nas Ordens de Compra expedidas pela Prefeitura Municipal de Capela Nova, correndo por conta da contratada, as despesas decorrentes do fornecimento, entre elas o transporte, embalagem, taxas e impostos, embarque e desembarque da mercadoria, mão de obra e seus encargos sociais.
- **16.3-** Os produtos serão fornecidos sob a responsabilidade exclusiva da licitante adjudicatária, que deverá atender às normas expedidas pelos órgãos que regulamentam tal fornecimento.
- **16.4-** A licitante vencedora obriga-se a entregar os produtos de acordo com as especificações discriminadas no Termo de Referência/Descrição do Objeto (Anexo I), e nas quantidades solicitadas, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento convocatório.
- **16.5-** A "Ordem de Compra" será enviada à empresa Contratada via e-mail ou qualquer outro meio idôneo.

## 17- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- **17.1-** Os produtos serão recebidos provisoriamente pelo responsável pelo recebimento da Prefeitura Municipal ou Comissão constituída pelo Prefeito Municipal que verificará se eles estão de acordo com as exigências previstas no edital.
- **17.2-** Por ocasião da entrega dos produtos, a licitante adjudicatária deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número da identidade do servidor da Administração responsável pelo recebimento.
- **17.3-** Constatadas irregularidades nos produtos fornecidos a Administração poderá:
- **17.3.1-** se disser respeito à especificação, rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

- 17.3.2- se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 17.4- Nas hipóteses de substituição ou complementação, a licitante adjudicatária deverá fazê-las em conformidade com a indicação da Administração, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação por escrito, sem alteração no preço.
- **17.5-** O recebimento definitivo dos produtos dar-se-á no prazo de 02 (dois) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificadas as perfeitas condições dos mesmos, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou recibo, firmado pelo servidor responsável.

#### 18- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

#### **18.1- DO PRAZO DE PAGAMENTO**

- **18.1.1-** Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo e emissão da respectiva nota fiscal emitida pela empresa detentora da Ata, com a indicação da conta bancária, ou se optar, via boleto bancário, tendo as despesas respaldo nos elementos orçamentários constantes do orçamento geral do Município.
- **18.1.2-** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à licitante adjudicatária e seu vencimento ficará prorrogado pelo prazo que durar o saneamento das incorreções.
- **18.1.3-** O pagamento será feito mediante crédito em conta e via boleto bancário, cuja titularidade seja da licitante.
- **18.1.4-** Constatadas irregularidades no fornecimento dos produtos, o pagamento ficará sobrestado até que sejam apuradas as responsabilidades pelas irregularidades, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- **18.1.5-** A Prefeitura Municipal poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Pregão.
- **18.1.6-** Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira por atraso de pagamento.

**18.1.7-** A Administração Municipal solicitará o fornecimento dos produtos de acordo com as demandas das Secretarias Municipais requisitantes.

### 19- INSTRUMENTALIZAÇÕES DA COMPRA

- **19.1-** Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Capela Nova/MG emitirá Requisição de Empenho e Ordem de Compra, de acordo com as necessidades da secretaria requisitante.
- **19.2-** A licitante vencedora deverá estar em dia com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS e com o INSS, entre outras.
- **19.3-** A recusa injustificada da licitante vencedora em fornecer os produtos dentro do prazo estabelecido, sujeitá-la-á a aplicação das penalidades previstas na cláusula das SANÇÕES ADMINISTRATIVAS deste edital.
- **19.4-** A Ordem de Compra e a Nota de Empenho poderão ser canceladas pela Administração nas seguintes hipóteses:
- a) unilateralmente, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contidas no artigo 137, da Lei 14.133/2021 e alterações;
- b) bilateralmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE, após acordo entre as partes;
  - c) judicialmente, nos termos da legislação.

## 20- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**20.1-** As despesas decorrentes deste certame correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias constantes do orçamento do Município para o ano de 2023: 1.500.000.1002, 1.500.000.000, 1.500.000.1001, Resolução 7730.

### 21- DAS SANÇÕES

**21.1-** A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**21.2-** Pela inexecução total ou parcial do objeto pela adjudicatária, a Administração Municipal poderá aplicar-lhe as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

#### 21.2.1- Advertência:

- **21.2.2-** Multa nos seguintes percentuais, aplicáveis na ocorrência de descumprimento das cláusulas contratuais:
- **21.2.2.1-** Em caso de atraso superior a 24 (vinte e quatro) horas no fornecimento dos produtos, depois de recebida a Ordem de Compra, a adjudicatária pagará multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor global estimado do contrato, limitado a 3,5% (três vírgula cinco por cento) e o prazo de 07 (sete) dias.
- 21.2.2.- Ultrapassado o prazo de sete dias previsto na cláusula 21.2.2.1, a Administração Municipal poderá rescindir o contrato e aplicar a multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor global estimado do contrato, acumulado com a multa prevista na cláusula 21.2.2.1.
- 21.2.2.3- Multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor global estimado do contrato na ocorrência das seguintes hipóteses:
  - a) não atendimento das especificações do(s) produto(s);
  - **b)** não atendimento das especificações do(s) produto(s) sem que o contratado providencie a substituição ou complementação dos mesmos;
  - c) não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei n.º 14.133/2021, com alterações, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores.
- **21.2.2.4-** Na hipótese da licitante vencedora, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão por culpa ou dolo, lhe será aplicada multa no valor de **35% (trinta e cinco por cento)** incidente sobre o valor global estimado.
- **21.3-** Os valores das multas poderão ser descontados de possíveis créditos que a detentora da Ata tenha junto à Administração.
  - **21.4-** Constituem motivo para rescisão do Contrato:
  - I não cumprimento de cláusulas, especificações, projetos ou prazos;

- II o cumprimento irregular de cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- III a lentidão no fornecimento dos produtos;
- IV o atraso injustificado no início do fornecimento;
- V a paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edita;
- VII o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
  - VIII o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
  - IX a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
  - X a dissolução da sociedade;
- XI a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- XII razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere ao Contrato;
- XIII a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- **21.5-** Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
  - **21.6-** A rescisão do Contrato poderá ser:
- I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII da cláusula anterior;

- II amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
  - III judicial, nos termos da legislação.
- **21.7-** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- **21.8-** Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.
- **21.9-** Em caso de rescisão do contrato decorrente desta licitação, poderá a Administração Municipal reter créditos decorrentes até o limite dos prejuízos causados à Administração.

### 22- DAS CONSULTAS E IMPUGNAÇÃO

- **22.1-** Este Edital será publicado:
- **22.1.1-** Integralmente, com os seus anexos, no Quadro de Avisos existente na entrada da Prefeitura Municipal de Capela Nova e no link "Licitações", sub link "Licitações 2023 Pregão Pregão Eletrônico" do sítio eletrônico: www.capelanova.mg.gov.br
- **22.2-** Qualquer modificação neste Edital será divulgada pela mesma forma que se deu o texto original.
- **22.3-** As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site da Prefeitura Municipal e as publicações no Diário Oficial "Minas Gerais", *quando for o caso*, com vistas a possíveis alterações e avisos.
- **22.4-** Impugnação aos termos do Edital deverá ser encaminhada por forma eletrônica, pelo o e-mail: licitar@capelanova.mg.gov.br, obrigatoriamente, e estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante, sob pena de ilegitimidade ativa, <u>até 03 (três) dias úteis</u> anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, sob pena de preclusão do direito.

- **22.5-** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: licitar@capelanova.mg.gov.br, <u>até 03 (três) dias úteis</u> anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, sem indicação de qualquer tipo de expressão ou caractere que identifique a licitante, para fins de garantia do anonimato e impessoalidade durante as fases subsequentes do certame.
- **22.5.1-** O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e decidirá sobre impugnação no prazo de <u>até 02 (dois) dias úteis</u>, contados da data de recebimento do pedido.
- **22.6-** A Prefeitura Municipal de Capela Nova/MG não se responsabiliza por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado ou ainda entregues fora do prazo.
- **22.7-** A decisão do Pregoeiro será enviada ao impugnante via e-mail ou qualquer outro meio idôneo.
- **22.8-** Acolhida a petição, será designada nova data para a realização do certame.
- **22.9-** Será indeferida de plano a petição infundada, que tenha por finalidade apenas procrastinar o certame.

## 23- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 23.1- As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor do interesse público e da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam a finalidade e a segurança da contratação.
- **23.2-** Das sessões públicas de processamento deste Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem certificadas eletronicamente pelo Pregoeiro, Membros da Equipe de Apoio e licitante e disponibilizadas na plataforma eletrônica <a href="http://capelanova.pregaonet.com.br/">http://capelanova.pregaonet.com.br/</a>
- **23.3-** O(s) documento(s) de habilitação apresentado(s) pelas licitantes, a qualquer tempo, se for necessário, poderá a Comissão do Pregão requisitar informações e conferidas suas autenticidades.
- **23.4-** O resultado deste certame será divulgado no site oficial do Município www.capelanova.mg.gov.br.

- **23.5-** O inteiro teor do processo eletrônico ficará à disposição para quaisquer interessados no Departamento de Licitações e Contratos.
- 23.6- A licitante adjudicatária que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Capela Nova/MG e será descredenciada no cadastro de fornecedores pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no contrato e das demais cominações legais.
  - 23.7- Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
  - 23.8- Integram o presente Edital os seguintes Anexos:
  - **ANEXO I -** Termo de Referência/Descrição do Objeto;
  - ANEXO II Modelo Padrão de Proposta de Preços;
  - ANEXO III Declaração Unificada;
  - ANEXO IV Minuta do Contrato.
- **23.9-** O Pregoeiro poderá desclassificar proponentes por ato fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso comprove qualquer fato que desabone a idoneidade, capacidade administrativa ou ausência de documentação exigida no presente Edital.
- **23.10-** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Carandaí MG.
- **23.11-** A quantidade apresentada no Termo de Referência/Descrição do Objeto é meramente informativa, não se obrigando a Administração a realizar a contratação nas quantidades indicadas.
- **24.12-**O cumprimento das condições exigidas no TERMO DE REFERÊNCIA/DESCRIÇÃO DO OBJETO Anexo I deste Edital poderá ser fiscalizado por servidor designado ou por Comissão Instituída pelo Poder Executivo Municipal.

Capela Nova, 12 de junho de 2023.

Adelmo de Rezende Moreira Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO N.º 059/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 031/2023 - ANEXO I -

### TERMO DE REFERÊNCIA/DESCRIÇÃO DO OBJETO

#### 1- OBJETO

**1.1** Este termo de referência visa especificar os elementos mínimos necessários para aquisição de equipamentos de proteção individual e coletiva, EPIs E EPCs.

#### 1.2 JUSTIFICATIVA:

1.2.1 O fornecimento de equipamentos de proteção visa a promoção da saúde e segurança do servidor durante o desempenho da sua função, protegendo-o contra os riscos ocupacionais existentes no ambiente de trabalho, evitando assim acidentes e desenvolvimento de doenças ocupacionais.

Visa este pregão a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração para as aquisições dos objetos solicitados. Para tanto, segue especificação dos produtos abaixo:

### 2 - ESPECIFICAÇÃO:

Ordem	Quant.	UN.	Especificação	Valor Unit. Médio	Valor Total Médio
1	300	UN	00000019836- PROTETOR SOLAR FPS 50 PROTETOR SOLAR FPS 50 PROTEÇÃO CONTRA OS RAIOS UVA/UVB, RESISTENTE A ÁGUA	28,4666	8.539,9800
2	10	UN	O000019837- CONJUNTO BRIM COM FAIXA REFLETIVA GARI CONJUNTO BRIM COM FAIXA REFLETIVA GARI CONJUNTO BRIM CAMISA GOLA ITALIANA MANGA LONGA E CALÇA COM FAIXA REFLETIVA. UNIFORME DE USO PROFISSIONAL CONFECCIONADO EM TECIDO BRIM (100% ALGODÃO), COSTURA REFORÇADA EM TODA PEÇA, TECIDO COM PROTEÇÃO SOLAR CONTRA OS RAIOS UVA/UVB E FIXADOR DE CORANTE (IDANTREN).	255,1633	2.551,6330
3	80	UN	0000019838- TOUCA ÁRABE TOUCA ÁRABE CAPUZ DE SEGURANÇA TIPO BONÉ CONFECCIONADO ÉM TECIDO BRIM, COSTURADO COM ELÁSTICO FORNTAL, TAMANHO ÚNICO, ABA TIPO BONÉ.	19,0966	1.527,7280



			CERTIFICADO DE APROVACAO, EMITIDO PELO MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA		6.824,1168
5	15	PAR	0000019840- LUVA ANTICORTE MULTIUSO LUVA ANTICORTE MULTIUSO TRICOTADA EM FIBRAS SINTÉTICAS DE ALTA RESISTÊNCIA A CORTE E BANHADA COM POLIURETANO (PU) NA COR CINZA NA PALMA E NAS PONTAS DOS DEDOS, LIVRE DE FIBRAS DE VIDRO. COM CERTIFICADO DE APROVACAO VÁLIDO, EMITIDO PELO MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.	28,9333	433,9995
6	10	UN	IMPERMEÁVEL  CONJUNTO IMPERMEÁVEL JAQUETA COM CAPUZ E FECHAMENTO COM ZÍPER E VELCRO PARA PROTEÇÃO DO TRONCO E MEMBROS SUPERIORES DO USUÁRIO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM O USO DE ÁGUA. COMPOSIÇÃO: NÁILON (FACE EXTERNA) REVESTIDO COM POLICLORETO DE VINILA (FACE INTERNA), CAPUZ: AJUSTADO ATRAVÉS DE CORDÃO; PUNHOS: AJUSTADOS ATRAVÉS DE UMA TIRA COM VELCRO: CIRCUNFERÊNCIA DO TÓRAX E BRAÇOS; COSTURAS: FEITAS EM MÁQUINAS RETAS DE ALTA PERFORMACE E SELADAS ATRAVÉS DE PROCESSO TERMO ELETRÔNICO, CALÇA COM CINTURA: AJUSTADA COM UM ELÁSTICO; BARRA: RETA.CERTIFICADO DE APROVACAO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	160,9000	1.609,0000
7	10	UN	0000019842- ABAFADOR DE RUIDO TIPO COCHA ATENUAÇÃO 25 ABAFADOR DE RUIDO TIPO COCHA ATENUAÇÃO 25 CONSTITUÍDO POR DUAS CONCHAS ALMOFADADAS POR ESPUMA EM SUAS LATERAIS E INTERIOR. COM HASTE RÍGIDA EM PLÁSTCIO QUE SUSTÉM E MANTEM UNIDAS AS CONCHAS. ATENUAÇÃO MÍNIMA NRRFS 25 DB (A). COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.	77,9666	779,6660



	1		1.1874 TÉDINO: 00:-0=================================		<u> </u>
			LUVA TÉRMICA COM CERTIFICADO DE APROVACAO, EMITIDO PELO MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, FORRADA COM MALHA DE LA, ACABAMENTO EM OVERLOQUE E COMPRIMENTO TOTAL DE 40CM		
9	5	UN	O000019844- AVENTAL TÉRMICO AVENTAL TÉRMICO AVENTAL DE PROTEÇÃO, ESPECIFICO PARA TRABALHO EM COZINHAS, CONFECCIONADO EM TECIDO ESPECIAL RETARDANTE A CHAMAS, COM COSTURA DUPLA E LINHA DE META ARAMIDA, ACABAMENTO ESPECIAL, TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE, PRÓPRIO PARA AMBIENTE QUE EXIGE PROTEÇÃO TÉRMICA COM EXPOSIÇÃO A CALOR, VAPOR E RESPINGOS QUENTES. CERTIFICADO DE APROVACAO VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.	120,3000	601,5000
10	160	UN	0000019845- AVENTAL PVC AVENTAL PVC AVENTAL COM BAINHA, COM ALÇA SUPERIOR PARA PRENDER ATRÁS DO PESCOCO E NA LATERAL PARA AMARRAR ATRÁS. COM CERTIFICADO DE APROVACAO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	17,9500	2.872,0000
11	5700	UN	RESPIRATÓRIA PPF 2 MÁSCARA RESPIRATÓRIA PPF 2 RESPIRADOR SEMIFACIAL DESCARTÁVEL, CLASSE PFF2 (S), MODELO DOBRÁVEL, SEM VÁLVULA DE EXALAÇÃO, FORMADO POR FILTRO COM TRATAMENTO ELETROSTÁTICO, TNT NA PARTE INTERNA, CLIP NASAL INTERNO EM METAL REVESTIDO DE PLÁSTICO QUE FACILITA A VEDAÇÃO E ELÁSTICOS DE LÁTEX COM REGULADOR. OFERECE PROTEÇÃO CONTRA POEIRAS, NÉVOAS NÃO OLEOSAS E FUMOS EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DADOS DE FABRICAÇÃO E DE VALIDADE, NUMERO DO LOTE E CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.	2,2000	12.540,0000
12	50	PAR	0000019847- LUVA DE VAQUETA LUVA DE VAQUETA REFORÇO EXTERNO DE COSTURA EM VAQUETA ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR, E ENTRE OS DEDOS, MÉDIO E ANELAR, REFORÇO INTERNO NA PALMA, COM ELÁSTICO NO DORSO	23,5666	1.178,3300



			PARA AJUSTE.COM CERTIFICADO DE APROVACAO VÁLIDO, EMITIDO PELO MINISTERIO DO TRABALHO E		
			PREVIDÊNCIA.  00000019848- CALCADO DE		
13	228	PAR	SEGURANÇA CALCADO DE SEGURANÇA ENTRESSOLA DE BORRACHA; COM BIQUEIRA DE COMPOSITE FORRO DE COURO; ALMA: EM POLIURETANO; SOLADO EM POLIUTERANO MONODENSIDADE INJETADO, ANTIDERRAPANTE PALMILHA ANTIPERFURANTE, LAVAVEL, ANTIBACTERIANA, ANTIMICROBIANA; COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.	91,8500	20.941,8000
14	32	PAR	0000019849- BOTA DE SEGURANÇA BOTA DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM COURO NOBUCK; ENTRESSOLA DE BORRACHA; SEM BIQUEIRA; FORRO: DE COURO; ALMA EM POLIURETANO; SOLADO EM POLIUTERANO MONODENSIDADE INJETADO, ANTIDERRAPANTE; PALMILHA: LAVAVEL, ANTIBACTERIANA, ANTIMICROBIANA; COM CADARÇO; COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DA ECONOMIA	82,8000	2.649,6000
15	618	UN	00000019850- ÓCULOS DE SEGURANÇA ÓCULOS DE SEGURANÇA MATÉRIA-PRIMA PVC INCOLOR; VISOR: POLICARBONATO INCOLOR; COM HASTES REGULÁVEIS E CERTIFICADO DE APROVACAO VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.	4,8166	2.976,6588
16	16	UN	00000019851- COLETE REFLETIVO EM X  COLETE REFLETIVO EM X COLETE DE SINALIZAÇÃO TECIDO FLUORESCENTE POLIÉSTER NA COR LARANJA OU AMARELO COM FAIXA REFLETIVAS NAS COSTAS E NA PARTE FRONTAL; FECHAMENTO FRONTAL EM ZÍPER, COM BOLSOS FRONTAIS. DEVE ATENDER A NORMA ISSO ISSO 20471.	32,8966	526,3456
17	42	BISNAGA	0000019852- LUVA QUIMICA GRUPO III LUVA QUIMICA GRUPO III CREME PROTETIVO GRUPO 3 PARA PROTEÇÃO DOS MEMBROS SUPERIORES DO USUÁRIO CONTRA RISCOS PROVENIENTES DE PRODUTOS QUÍMICO; RESISTENTE A	12,7000	533,4000



	1	1	ÓLEGO GOLVENITES COLVO TIVE CO		
			ÓLEOS, SOLVENTES, COLAS, TINTAS, ÁGUA. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.		
18	108	PAR	0000019853- BOTA DE BORRACHA BOTA DE BORRACHA BOTA CANO MEDIO DE PVC, ENTRESSOLA: DE BORRACHA; SEM BIQUEIRA; FORRO SINTETICO; ALMA: DE BORRACHA; SOLADO EM POLIURETANO MONODENSIDADE, ANTIDERRAPANTE; PALMILHA: LAVAVEL, ANTIBACTERIANA, ANTIMICROBIANA; CADARCO: SEM CADARCO; GRAVACAO: SEM GRAVACAO; COMPLEMENTO DA ESPECIFICAÇÃO: COM CERTIFICADO DE APROVACAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.	47,6833	5.149,7964
19	40	UN	0000019854- CAPA DE CHUVA CAPA DE CHUVA MATERIA-PRIMA PVC, COR AMARELA; TIPO: CASACO, COM MANGAS LONGAS, CAPUZ E FORRO; FECHAMENTO COM BOTOES FRONTAIS. CAPUZ AJUSTAVEL. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.	25,2000	1.008,0000
20	12	UN	0000019855- PROTETOR FACIAL PROTETOR FACIAL FIXAVEL NA CABECA; COROA E CARNEIRA EM PLASTICO ABSORCAO: TIRA ABSORVENTE DE SUOR; VISOR EM POLICARBONATO, INCOLOR; COM CERTIFICADO DE APROVACAO VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.	34,9633	419,5596
21	12	UN	0000019856- PERNEIRA PERNEIRA PERNEIRA PRODUZIDA EM MATERIAL SINTÉTICO, PRENSADA E SOLDADA ELETRÔNICAMENTE, AJUSTÁVEL A QUALQUER MEDIDA DE CANELA/PANTURRILHA. PRODUTO MEDINDO 46CM DE LARGURA ABERTA POR 42CM DE ALTURA, PORTANTO CHEGANDO PROTEÇÃO NA ALTURA DOS JOELHOS. PARTE FRONTAL COM TRÊS HASTES DE POLIPROPILENO, ACABAMENTO EM VIÉS NAS BORDAS E FECHAMENTO TRASEIRO EM VELCRO, FACILITANDO ASSIM A COLOCAÇÃO E A RETIRADA DA PERNEIRA SEM EXIGIR DESCALÇAR A BOTINA PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO NO MANUSEIO NA HORA DE COLOCAR, AJUSTANDO-SE DA MELHOR MANEIRA EM QUE SE SENTIR	27,4833	329,7996



		_	,		,
			CONFORTÁVEL E SEGURO.		
			FABRICADA EM TAMANHO ÚNICO,		
			SOMENTE NA COR "PRETA",		
			AMBIDESTRA (SERVE EM QUALQUER		
			LADO DA PERNA, DIREITA OU		
			ESQUERDA). COM CERTIFICADO DE		
			APROVAÇÃO EMITIDO PELO		
			MINISTÉRIO DO TRABALHO E		
			PREVIDÊNCIA.		
			00000019857- AVENTAL DE RASPA		
			AVENTAL DE RASPA AVENTAL EM		
			COURO DE RASPA TAMANHO: 100 X 60		
			CM; AVENTAL COM ALÇA SUPERIOR		
			PARA PRENDER ATRÁS DO PESCOCO		
22	24	UN	E NA LATERAL PARA AMARRAR	42,4333	1.018,3992
			ATRÁS, NO MESMO MATERIAL. COM		
			CERTIFICADO DE APROVAÇÃO VÁLIDO		
			EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO		
			_		
			TRABALHO E PREVIDÊNCIA.		
			00000019858- LUVA DE RASPA CANO		
			LONGO		
			LUVA DE RASPA CANO LONGO LUVA		
			EM RASPA DE COURO UTILIZADA		
			PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS CONTRA		
			AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTES,		
23	36	UN	CORTANTES E PERFURANTES.	20,7633	747,4788
			CONFECCIONADA EM RASPA EM	20,1 000	, ,,,,,,
			MODELO DORSO LISO, COM REFORÇO		
			INTERNO NA PALMA E ENTRE O		
			POLEGAR E INDICADOR. COM		
			CERTIFICADO DE APROVACAO		
			VÁLIDO, EMITIDO PELO MINISTERIO		
			DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.		
			00000019859- ABAFADOR DE RUIDO		
			INSERÇÃO		
			ABAFADOR DE RUIDO INSERÇÃO PLUG		
			DE INSERÇÃO SILICONE, PROTETOR		
			AUDITIVO PRÉ-MOLDADO, COM		
24	36	UN	CORDÃO ALGODÃO, ATENUAÇÃO	2,1600	77,7600
			MÍNIMA NRRSF 16 DB (A), FORNECIDO		
			EM ESTOJO DE ACONDICIONAMENTO.		
			COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO		
			EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO		
			TRABALHO E PREVIDÊNCIA.		
			00000019860- LUVA DE		
			PROCEDIMENTO		
			LUVA DE PROCEDIMENTO LUVAS EM		
			LÁTEX 100% NATURAL, NÃO ESTÉRIL,		
25	6	LINI	AMBIDESTRAS, RESISTENTES, COM	26 5200	150 1900
25	6	UN	TENSÃO DE RUPTURA MÍNIMA,	26,5300	159,1800
			ATENDENDO AO PADRÃO 1.5 AQL.		
			COM CERTIFICADO DE APROVACAO		
			VÁLIDO, EMITIDO PELO MINISTERIO		
			DO TRÁBALHO E PREVIDÊNCIA.		
			00000019861- LUVA DE BORRACHA		
200	200	DAD	PARA HIGIENIZAÇÃO DE MATERIA	04 4000	6 220 0000
26	300	PAR	LUVA DE BORRACHA PARA	21,1333	6.339,9900
			HIGIENIZAÇÃO DE MATERIAIS		
		i			i



# MUNICÍPIO DE CAPELA NOVA CNPJ: 19.259.951/0001-08 - ESTADO DE MINAS GERAIS

			ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTAS DOS DEDOS. TAMANHO MÉDIO, CANO MINIMO DE 37 CM, UTILIZADA PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTES E CONTRA AGENTES QUÍMICOS. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA  00000019862- ÓCULOS DE SEGURANÇA ESCURO		
27	20	UN	ÓCULOS DE SEGURANÇA ESCURO MATÉRIA-PRIMA PVC FUMÊ; VISOR: POLICARBONATO INCOLOR; COM HASTES REGULÁVEIS E CERTIFICADO DE APROVACAO VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.	4,8500	97,0000
28	10	UN	00000019863- CINTO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA CINTO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA CINTO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA COM FIVELAS DUPLAS DE AÇO LOCALIZADAS NO SUSPENSÓRIO, CINTURA E PERNA. COM ARGOLAS EM AÇO FORJADO PARA RETENÇÃO DE QUEDA E PARA POSICIONAMENTO NAS LATERAIS. 2 PONTOS DE ANCORAGEM, CERTIFICADO DE APROVAÇÃO VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, SELO DO INMETRO.		1.717,3330
29	10	UN	00000019864- CAPACETE COM JUGULAR CAPACETE COM JUGULAR ABA FRONTAL, RESISTENCIA CONTRA IMPACTOS, MATÉRIA PRIMA POLIETILENO DE ALTA RESISTÊNCIA NAS CORES VERDE OU BRANCO. TIPO: II (ABNT 8221:2015), CLASSE: C (ABNT 8221:2015) - PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS. COM TIRA ABSORVEDORA, CARNEIRAS DE SEGURANÇA REGULÁVEIS EM POLIETILENO E JUGULAR. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.		215,6660
30	12	UN	0000019865- TALABARTE TALABARTE TALABARTE DE SEGURANÇA EM Y COM ABSORVEDOR DE ENERGIA, MATÉRIA-PRIMA POLIÉSTER TUBULAR COM ELÁSTICO. COM CONECTORES DE DUAS TRAVAS DUPLAS EM AÇO COM ABERTURA DE	·	2.359,5996



# MUNICÍPIO DE CAPELA NOVA CNPJ: 19.259.951/0001-08 - ESTADO DE MINAS GERAIS

			15MM OUN BAIS E DOIS CONECTORES EM AÇO COM ABERTURA DE 55 MM. COMPRIMENTO: 1,40M. PARA SER UTILIZADO ACOPLADO JUNTO AO CINTO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, SELO DO INMETRO.		
31	10	CAIXA	0000019866- MÁSCARA DESCARTÁVEL CIRÚRGICA MÁSCARA DESCARTÁVEL CIRÚRGICA DESCARTÁVEL FACIAL; MATÉRIA- PRIMA: TNT (POLIPROPILENO E MELTBLOWN) TRIPLA CAMADA - 2 CAMADAS DE POLIPROPILENO E 1 CAMADA DE MELTBLOWN -CLIP NASAL EM ARAME PLASTIFICADO COM PVC - ELÁSTICOS QUE NÃO INCOMODAM - APROVADO PELA ANVISA -EFICIÊNCIA DE FILTRAGEM BACTERIANA 97,61% - NÃO ESTÉRIL -NÃO INFLAMÁVEL -SEM LÁTEX -SEM FIBRA DE VIDRO - HIPOALÉRGICA.	21,2300	212,3000
32	12	UN	0000019867- TRAVA QUEDAS TRAVA QUEDAS TRAVA QUEDAS PARA CORDA DE 12 MM COM EXTENSOR E MOSQUETÃO OVAL, DUPLA TRAVA, CERTIFICAÇÕES DO INMETRO, CA, DE ACORDO COM NR35, ATENDER ABR ABNT 14626	185,1666	2.221,9992
33	1	UN	0000019868- CORDA CORDA DIÂMETRO NOMINAL: 12M, DESVIO LIMITE +0,5MM, CORDA CONSTITUÍDA EM TRANÇADO TRIPLO E ALMA CENTRAL. TRANÇADO INTERNO E EXTERNO EM MULTIFILAMENTO DE POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE. INDICADA PARA USO ESPECIFICO DE CADEIRAS SUSPENSAS E CABO DE SEGURANÇA PARA FIXAÇÃO DE TRAVA QUEDAS. PRODUTO DEVE ATENDER AOS REQUISITOS DA NORMA NR 18.16.5.	103,8966	103,8966
34	10	UN	0000019869- MOSQUETÃO MOSQUETÃO CONECTOR CLASSE B COM ROSCA FABRICADO EM AÇO (ROSCA DE ALUMÍNIO), UTILIZADO EM DISPOSITIVOS DE CONEXÕES E ANCORAGENS. RESISTÊNCIA: 23 A 25 KN, NORMA APLICÁVEL: NBR 15837:2010. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.	28,6333	286,3330
35	120	UN	00000019870- LUVA DE ALGODÃO COM BANHO DE LÁTEX CORRUGADO LUVA DE ALGODÃO COM BANHO DE		1.795,9920



# MUNICÍPIO DE CAPELA NOVA CNPJ: 19.259.951/0001-08 - ESTADO DE MINAS GERAIS

LÁTEX CORRUGADO LUVA CONFECCIONADA EM ALGODÃO COM BANHO DE LÁTEX CORRUGADO OU NITRÍLICO COM CERTIFICADO DE APROVACAO VÁLIDO, EMITIDO PELO MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.  00000019871- FILTRO QUÍMICO VO(P) CLASSE FILTRO QUÍMICO VO(P) CLASSE 1
CLASSE 1
FILTRO QUÍMICO CLASSE 1 CONTRA PESTICIDAS E AGROTÓXICOS. CONTRA VAPORES ORGÂNICOS ATÉ 1.000PPM OU 10 VEZES O SEU LIMITE DE TOLERÂNCIA OU ATÉ A CONCENTRAÇÃO IPVS, O QUE FOR MENOR, COMBINADO COM UM FILTRO MECÂNICO P2. INDICADO CONTRA PESCIDAS / DEFENSIVOS AGRÍCOLAS EM BAIXAS CONCENTRAÇÕES E APLICADOS EM ÁREAS ABERTAS
O000019872- TELA DE PROTEÇÃO GUARDA CORPO TELA DE PROTEÇÃO GUARDA CORPO MATERIA PRIMA: POLIETILENO ALTA DENSIDADE E ADITIVO ANTI UV MALHA: RASCHEL MONOFILAMENTO; ABERTURA DA MALHA: 0,4 MM X 0,6 MM; FIO DE TRAMA / URDUME: 0,18 145,9666 MM; GRAMATURA: 0,027 G/M². LARGURA: 1,20 METROS; COMPOSIÇÃO CONSTITUÍDA POR TECIDO ADITIVADO (U.V.) DE ALTA RESISTÊNCIA, POSSUIR MALHA PEQUENA QUE IMPEDE A PASSAGEM DE FRAGMENTOS E FERRAMENTAS
0000019873- FITA ZEBRADA  FITA ZEBRADA FITA DEMARCAÇÃO  MATERIA-PRIMA PLASTICO  POLIETILENO: CORES: AMARELA E
38 3 ROLO PRETA (ZEBRADA); MEDIDA: 7CM DE 11,4400 34,3200 LARGURA X 200 METROS COMPRIMENTO; FINALIDADE: ISOLAMENTO EM AREAS DE TRÂNSITO, DE ACIDENTES ETC
38   3   ROLO   PRETA (ZEBRADA); MEDIDA: 7CM DE 11,4400   34,3200   LARGURA X 200   METROS   COMPRIMENTO; FINALIDADE: ISOLAMENTO EM AREAS DE

## 3 DA CONDIÇÃO DOS PRODUTOS

- 3.1 As mercadorias deverão ser entregues no Município de Capela Nova no local indicado na ORDEM DE FORNECIMENTO e, obrigatoriamente, acompanhada da cópia da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento.
- 3.2 O produto cotado deverá obedecer às normas padrões da ABNT, INMETRO e ANVISA no que couber, ser de boa qualidade e atender eficazmente à finalidade que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor;
- 3.3 Caso fiquem constatadas irregularidades em relação ao objeto, ou mesmo não se enquadrar nas exigências mínimas, resultará na não aceitação do objeto e imediata rescisão do contrato.
- 3.4 O não cumprimento da obrigação, ocorrerá em penalidade, nos termos da Lei 14.133/21

### 4 DA ENTREGA:

4.1 Após a homologação do resultado e assinatura do contrato, será a vencedora notificada e convocada, através da devida Nota de Autorização de Fornecimento, conforme necessidade da Administração para, no prazo de até 7 (sete) dias entregar os produtos solicitados através da NAF, nas quantidades e nos locais indicados.

A entrega será parcelada ou na totalidade de acordo com a necessidade da Administração.

5 - Nome do responsável pelo recebimento e Gestor do Contrato:

Hálefy Junior de Souza Faria – Técnico de Segurança do Trabalho.

Capela Nova, 12 de junho de 2023.

Hálefy Junior de Souza Faria Técnico de Segurança do Trabalho

## PROCESSO LICITATÓRIO N.º 059/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 031/2023

## - ANEXO II -

## MODELO DE PROPOSTA PADRONIZADA

À

Prefeitura Municipal de Capela Nova/MG

## PROCESSO LICITATÓRIO N.º 059/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 031/2023

1. PROPONENTE					
Empresa:					
·					
CNPJ:					
Endereço:					
Endereço.					
Cidade:	UF:	CEP:			
cidade.	01.	CLF.			
Telefone:					
releione.	Fax:				
<b>.</b>					
E-mail:					
Sócio Proprietário/Representante Legal:					
CPF:	RG:				
2. VALOR PROPOSTO PARA O FORI	NICOMENITO	<b>\</b>			
2. VALUR PROPOSTO PARA O FORT	NECIMENT				
Apresentamos nossa proposta para	forneciment	o de papéis	diversos	conforme te	ermo de
referência, em atendimento às neces					
(), acatando todas a			•		•
conforme abaixo:	ao ostipulaç	cos c chigi	3110100 00	noignadas m	- Laitai,
comonno abaixo.					
ITEM QUANT. UNID. DESCRIC	ÇÃO/ESPECI	FICAÇÃO	MARCA	VALOR	VALOR

**TOTAL** 

**UNITÁRIO** 



# MUNICÍPIO DE CAPELA NOVA CNPJ: 19.259.951/0001-08 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Observação:  Nos preços estarão inclusas todas as despesas que possam recair sobre o fornecimento,									
			-						
inclusive	embalage	m, frete,	carregamento e des	scarregamento, t	ributos e e	encargos soci	ais.		
3. PRAZO	DE VAL	IDADE I	DA PROPOSTA						
•	O prazo de validade da proposta é de 60 dias corridos, contados da abertura dos envelopes contendo as propostas de preços.								
,dede 2023.									
(assinatura do representante legal da empresa)									
Nome e Cargo									

## PROCESSO LICITATÓRIO N.º 059/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 031/2023

### - ANEXO III -

## **DECLARAÇÃO UNIFICADA**

O abaixo assinado, responsável pela empresa	a, inscrita no
CNPJ sob o nº, sediada na cidade	de, (), com
endereço à Rua/Av, nº	º, - Bairro,
DECLARA, para fins de participação neste procedim	nento licitatório, e em cumprimento
à legislação e aos regulamentos vigentes, aos quais	se submete, declara que:

- 1. Que o edital e seus anexos foram colocados à nossa disposição, e tomamos conhecimento de todas as informações, condições, locais e grau de dificuldade para execução do objeto da licitação;
- 2. Que as propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes, no site: <a href="http://capelanova.pregaonet.com.br/">http://capelanova.pregaonet.com.br/</a>
- 3. Que deverá apresentar os documentos para habilitação em <a href="http://capelanova.pregaonet.com.br/">http://capelanova.pregaonet.com.br/</a>, sob pena de inabilitação;
- 4. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital supracitado;
- 5. Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para participação e habilitação de nossa empresa na presente licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar, caso ocorram fatos posteriores que nos inabilite a participar de licitações;
- 6. Que a empresa não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública;
  - 7. Que não foi declarada inidônea pelo Poder Público, em nenhuma esfera;
- 8. Que não existe fato impeditivo à sua habilitação no Município de Capela Nova, Estado de Minas Gerais;

- 9. Que não possui, entre os proprietários, nenhum titular de mandato eletivo;
- 10. Que os sócios da empresa, bem como gerentes e diretores não cônjuges, companheiros (as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau do Pregoeiro e Equipe de Apoio;
- 11. Que estar ciente da responsabilidade de informar formalmente sobre qualquer alteração e de verificar periodicamente o correio eletrônico, sabendo que o conteúdo dos e-mails encaminhados entre as partes produzirão total validade jurídica;
- 12. Que não possui no quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República de 1988;
- 13. Que esta empresa é considerada ( ) MICROEMPRESA / ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE / ( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme Incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Obs: assinalar com "X" a opção da empresa;
- 14. Que a proposta anexa foi elaborada de maneira independente e que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico quanto a participar ou não da referida licitação; que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico antes da adjudicação do objeto da referida licitação; que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da contratante antes da abertura oficial das propostas.

Local de data			

Assinatura e identificação do declarante

### - ANEXO IV -

MINUTA DE CONTRATO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPELA NOVA, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 19.259.951/0001-08, com sede Administrativa na Rua Lopes Assis nº 09, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal,, brasileiro, casado, RG, inscrito no CPF sob o nº, residente e domiciliado em Capela Nova – MG.
CONTRATADA:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Constitui o objeto deste contrato a aquisição de equipamentos de proteção individual e coletiva, EPIs E EPCs, conforme relação e características contida no ANEXO I do Processo de Licitação, conforme descrito abaixo:

lote	Cod.	Quant.	Un.	Especificação	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

# CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

Para efeitos obrigacionais os documentos anexos referentes ao Processo Licitatório nº 059/2023 - Pregão Eletrônico nº 031/2023 integram o presente contrato valendo todos seus termos e condições.

# CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

3.1 - O valor do	presente contrato é	do <b>R</b> \$	<i>(</i> )
J. I - O Valoi do	prosenie contrato c	αυ <b>ι τψ</b>	\/

- 3.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal e aceite da mesma, assinada por servidor designado ou, responsável pela pasta.
- 3.2.1 As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com a orientação da administração.
- 3.2.2 Em caso de irregularidade, a Contratante notificará a Contratada para que sejam sanadas as pendências no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa da Contratada aceita pela Contratante. Findo este prazo sem que haja a regularização por parte da Contratada, ou apresentação de defesa pela Contratante, fatos estes que, isoladamente ou em conjunto, caracterização descumprimento de cláusula

contratual, estará o Contrato passível de rescisão e a Contratada sujeita às sanções administrativas previstas no Edital de Licitação.

- 3.2.3 Em caso de irregularidade na emissão do documento fiscal, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.
- 3.2.4 Não será pago o fornecimento feito em desacordo com as especificações deste edital.
- 3.3 A contratada apresentará no Departamento de Tributação, os originais das certidões negativas de débitos das Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e Divida Ativa da União, incluindo Contribuições Previdenciárias e de Terceiros, FGTS, CNDT todas válidas e regulares.

## CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

## CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

- 5.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses da data da sua assinatura.
- 5.2 O contrato poderá ser alterado nos termos da Lai 14.133/2021.
- 5.3 A licitante vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação, para assinatura do contrato.
- 5.4 Ocorrendo o descumprimento do previsto no item anterior, o Município de Capela Nova convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para nova negociação.
- 5.5 A licitante contratada não poderá ceder o contrato total ou parcialmente a terceiros, sem prévia e expressa concordância da contratante.
- 5.6 A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a contratante imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato;
- 5.7 A gestão e fiscalização do contrato ficarão a cargo do Técnico de Segurança do Trabalho.

# CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO

- 6.1 O prazo máximo para fornecimento dos produtos objeto desta licitação será de 07 (sete) dias após a emissão da Ordem de Fornecimento.
- 6.2 A contratada deverá entregar os produtos, no quantitativo solicitado e em conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta ofertada. A entrega será parcelada, de acordo com as necessidades do Setor, no prazo de 07 (sete) dias contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pelo setor requisitante, dentro dos prazos de validade, com carga e descarga por conta da licitante vencedora, em perfeitas condições de consumo imediato, na Rua Lopes Assis, 09, Centro Capela Nova/MG ou onde o gestor do Contrato determinar.
- 6.2.1 A entrega será parcelada, de acordo com a necessidade do setor requisitante, de segunda a sexta feiras no horário compreendido entre 08:00 às 17:00 horas, exceto feriados nacionais e municipais.

6.3 – A licitante vencedora deverá comunicar previamente ao setor competente, para que no dia e hora da entrega dos produtos licitados o responsável pelo Recebimento dos produtos esteja presente para o recebimento e verificação dos itens entregues. O contato poderá ser feito através do tel: 31-3727-1110.

## CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

- 7.1 Os itens licitados serão recebidos provisoriamente.
- 7.2 O recebimento do objeto contratado dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:
  - a) na quantidade correta;
  - c) verificação da conformidade com a quantidade e especificações constantes deste edital;
  - d) no prazo e horário de entrega previstos neste Edital.
  - e) O produto deverá obedecer às normas padrões da ABNT, INMETRO e ANVISA, ser de boa qualidade e atender eficazmente à finalidade que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor;
  - f) Caso fiquem constatadas irregularidades em relação ao objeto, ou mesmo não se enquadrar nas exigências mínimas, resultará na não aceitação do objeto e imediata rescisão do contrato
- 7.3 Satisfeitas estas exigências, lavrar-se-á o Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pela atestação no verso da Nota Fiscal.
- 7.4 Insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.
- 7.5 Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e, portanto, sujeita a aplicação das sanções previstas neste edital.

# CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRAENTES

## **DO CONTRATADO**

- 8.1 Manter durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação, bem como, a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 8.2 Fornecer os produtos solicitados, na forma e condições fixadas no presente edital, mediante Autorização de Fornecimento expedida pelo Município, observando rigorosamente a regulamentação, as especificações técnicas e às normas da ABNT/ INMETRO/ANVISA, aplicáveis quanto aos mesmos, quando for o caso.



CNPJ: 19.259.951/0001-08 - ESTADO DE MINAS GERAIS

- 8.3 Sujeitar-se à aplicação das penalidades previstas na cláusula das sanções, quando recusar-se, injustificadamente, a realizar o fornecimento na forma e dentro do prazo estabelecido.
- 8.4 Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades ocorridas frente às obrigações assumidas.
- 8.5 Reparar, corrigir, remover, reconstituir, em até cinco dias úteis, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis.
- 8.6 Responder por danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela Administração.
- 8.7 Prestar os esclarecimentos e as orientações que forem solicitados pelo Município ou pelo fiscal/gestor do contrato.
- 8.8 O contratado deverá assumir integralmente, por sua conta exclusiva, o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos, despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, securitária e tributaria, decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.
- 8.9 Promover a entrega em embalagens adequadas para proteger o conteúdo do produto contra danos durante o transporte, desde a origem até o destino da entrega, correndo por conta da contratada os custos correspondentes.
- 8.10 A despesa e a mão de obra para transporte, carga e descarga dos produtos será de responsabilidade da licitante vencedora.
- 8.11 Assumir inteira responsabilidade pela qualidade dos itens fornecidos, bem como observar rigorosamente a regulamentação e as especificações técnicas, aplicáveis a cada caso, executando todo o fornecimento com esmero e perfeição
- 8.12 Fornecer os produtos independente de quaisquer contratempos, ainda que haja necessidade de adquiri-los de seus concorrentes.
- 8.13 Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas.
- 8.14 O edital do pregão eletrônico 018/2023 e seus anexos é parte integrante deste contrato.

### **DO CONTRATANTE**

- 8.9 Avaliar a fiel observância do que foi pactuado, através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento do objeto, registrando em relatório as deficiências porventura existentes, notificando a empresa e determinando prazo para a regularização das falhas observadas;
- 8.10 Atestar na nota fiscal/fatura o efetivo cumprimento do contrato, quando estiver de acordo com as exigências do edital e seus anexos;



8.11 – Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, na forma convencionada no Contrato, referentes às notas fiscais/faturas atestadas quanto ao objeto desta licitação, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas;

## CLÁUSULA NONA – DAS SANCÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1 Caso a **CONTRATADA** fornecer declaração falsa relativa aos cumprimentos dos requisitos de habilitação, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública do Município de Capela Nova, pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156, §4º da Lei 14.133/2021), enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.2 A inexecução total ou parcial do contrato ou instrumentos equivalentes, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado garantido a prévia defesa, à aplicação das seguintes sanções, conforme artigo art. 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para adoção das necessárias medidas corretivas, a fim de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer obrigação contratualmente assumida e/ou qualquer instrumento equivalente, ou desatender as determinações da autoridade competente para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

- a) A pena pecuniária de multa, própria para a punição de atrasos injustificados dos prazos estipulados, pode ser aplicada cumulativamente com as sanções restritivas de direitos, , nos casos de inexecução total e parcial do contrato e/ou instrumento equivalente;
- b) A pena de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Municipal destina-se a punir a reincidência em faltas já apenadas com advertência, bem como as faltas graves que impliquem a rescisão unilateral do contrato.
- c) A declaração de inidoneidade do contratado, sanção administrativa de máxima intensidade, destina-se a punir faltas gravíssimas de natureza dolosa, das quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão.
- 9.3 A pena de suspensão dos direitos do contratado impede-o, durante o prazo fixado, de participar de licitações promovidas pelos órgãos da Administração Municipal, bem como de com eles celebrar contratos;
- 9.4 As aplicações das sanções previstas nesta cláusula são de competência do Prefeito Municipal, facultada a defesa prévia do contratado no respectivo processo administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da abertura de vistas;
- 9.5 Decorrido o prazo de declaração de inidoneidade, o interessado poderá requerer a sua reabilitação, cujo deferimento está condicionado ao ressarcimento dos prejuízos resultantes da ação punida.
- 9.7 A multa prevista nesta cláusula será:
- I. de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- **II.** de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;



- **III.** de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma e o descumprimento dos prazos fixados para a entrega dos bens e materiais adquiridos, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento total ou parcial da obrigação, neste último caso, calculada sobre a parcela em atraso. O Município após este prazo aplicará cumulativamente a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato e/ou instrumento equivalente, ou sobre o valor correspondente à parcela não executada;
- **IV.** Na hipótese do previsto no item III anterior, se o descumprimento da obrigação comprometer o regular desenvolvimento das funções administrativas, a multa poderá ser cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com os órgãos da Administração Municipal, por prazo fixado em lei, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
- 9.8 O valor correspondente à multa, após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contratado, será descontado do primeiro pagamento devido pelo Município em decorrência da execução contratual e/ou instrumento equivalente.
- 9.9 Na hipótese de descumprimento total da obrigação, após a celebração do contrato, caso tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da mesma;
- 9.10 Na hipótese de descumprimento total da obrigação em face do não atendimento da convocação para a assinatura do contrato, bem como, o valor das penalidades pecuniárias previstas nesta cláusula, deverá ser recolhido no Departamento de Tributação, do CONTRATANTE, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação, conforme estipulado nos incisos I, II e III do item 7 desta cláusula;
- 9.11 O não recolhimento da multa no prazo estipulado implicará a sua inscrição na dívida ativa, para cobrança judicial.
- 9.12 As multas não têm caráter compensatório, são independentes e cumulativas e não eximem a CONTRATADA da plena execução do contrato.
- 9.13 Se a CONTRATADA ficar temporariamente impossibilitada, por motivo de força maior, de cumprir com suas obrigações e responsabilidades, poderá comunicar, por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a existência daqueles motivos, devidamente comprovados, indicando a alteração dos prazos pretendidos.
- 9.14 O comunicado de força maior será julgado à época do seu recebimento com relação à aceitação ou não dos motivos, podendo ou não a contratante averiguar em fase superior a veracidade do fato.

# CLÁUSULA DEZ - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 10.1 Este contrato poderá ser rescindido, por notificação extrajudicial, nas hipóteses previstas no art. artigos 137 e seguintes da Lei 14.133/2021 e alterações.
- 10.2 Além das hipóteses previstas no item anterior, constituem causas de rescisão deste contrato:



CNPJ: 19.259.951/0001-08 - ESTADO DE MINAS GERAIS

- a) Não proceder à entrega do objeto contratado, sem motivo que justifique, sem autorização expressa e escrita do CONTRATANTE.
- b) Não satisfazer as exigências do CONTRATANTE com relação à boa qualidade dos produtos fornecidos.
- c) Se a CONTRATADA se conduzir dolosamente.
- 10.3 Além das hipóteses anteriores, poderá o CONTRATANTE rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização, por falência, concordata, dissolução, insolvência da CONTRATADA, e, em se tratando de firma individual, por morte de seu titular.
- 10.4 Para efeito de rescisão a CONTRATADA, de sua parte, deverá denunciar o presente contrato, mediante a apresentação de pedido escrito, junto ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

## CLÁUSULA ONZE – DO FORO E DA GESTÃO CONTRATUAL

- 11.1 A gestão do presente contrato será realizada pelo Sr. Hálefy Júnior de Souza Faria -Técnico em Segurança do Trabalho
- 11.2 O presente instrumento foi lavrado em decorrência do Processo Licitatório nº 059/2023, Pregão Eletrônico nº 031/2023, regendo-se pelas normas da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, às quais também se sujeitam as partes que o celebram, elegendo-se o Foro da Comarca de Carandaí - MG, para as questões dele resultantes, ou de sua execução, com expressa renúncia de qualquer outro.

E assim, por estarem justas e acordes, firmam as partes o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas instrumentárias, para que produza jurídicos e legais efeitos.

	Capela Nova,	de	de
	,	Prefeito Municipal	
		CONTRATANTE	
		CONTRATADA	
TESTEMU	JNHAS:		
1)			
CPF nº			
2)			
CPF nº			